



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

LEI Nº 11.796, DE 2 DE AGOSTO DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 136 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 11, de 10 de setembro de 1991, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Estado do Maranhão para 2023, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos do Estado;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações;
- IV - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
- VI - as disposições relativas à dívida pública estadual;
- VII - as disposições finais.

Parágrafo único - Integram, ainda, esta Lei:

I - os anexos em conformidade com o que dispõem os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

- a) Anexo I - Anexo de Metas Fiscais;
- b) Anexo II - Anexo de Riscos Fiscais;
- c) Anexo III - Despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado.

**CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Art. 2º - Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas para o exercício de 2023 constantes da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

Art. 3º - As metas e prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2023, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão aquelas definidas e especificadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual, constante da Lei Estadual nº 11.204, de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

§ 1º - As metas e prioridades definidas em conformidade com o caput deste artigo, constarão em anexo próprio da Lei Orçamentária para 2023.

§ 2º - Em caso de necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, além de demonstrar as ações impactadas, os órgãos, fundos e entidades da Administração Pública Estadual deverão ressaltar, sempre que possível, as ações vinculadas às metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

§ 3º - A Lei Orçamentária Anual de 2023 deverá observar, ainda, os compromissos definidos em reuniões com as lideranças representativas das regiões de planejamento do Estado, bem como as resoluções aprovadas nos conselhos deliberativos de políticas setoriais, devendo as deliberações resultantes ser encaminhadas ao órgão central de planejamento e orçamento, até a data a ser estipulada pela SEPLAN.

Art. 4º - A elaboração da Lei Orçamentária Anual, bem como a sua execução, deverá atender aos seguintes aspectos:

I - gestão com foco em resultados: atingir resultados e indicadores de governo que representem compromissos com a população e que estejam alinhados com os resultados das agendas estratégicas (Compromissos previstos no Programa de Governo 2019-2022; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS; Ações provenientes das Audiências Públicas do Orçamento Participativo; Consórcios Interestaduais de Desenvolvimento; e Plano Mais IDH) , buscando padrões de eficiência, eficácia e efetividade dos programas e projetos;

II - enfoque regional: descentralização das ações do governo para melhorar a oferta e gestão dos serviços públicos e estimular o desenvolvimento territorial, buscando a interiorização e a distribuição equitativa da renda e riqueza entre as pessoas e regiões;

III - participação social: permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação entre o Estado e o cidadão para o aperfeiçoamento das



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

políticas públicas, conforme estabelecido na Seção V da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023;

IV - transparência: ampla divulgação dos gastos dos órgãos públicos da Administração direta e indireta, com a exibição dos contratos e aditivos, e informações atualizadas, de forma simplificada quanto às partes contratantes, objeto, valor, vigência, e avaliação dos resultados obtidos, situados no Portal da Transparência, favorecendo o controle social;

V - estabelecimento de parcerias: formação de alianças para financiamento e gestão dos investimentos e compartilhamento de responsabilidades, incluindo o estímulo a formalização de parcerias com o setor privado, agências de fomento, terceiro setor, dentre outros segmentos;

VI - integração de políticas e programas: visa otimizar os resultados da aplicação dos recursos, focalização do público-alvo e de temáticas específicas;

VII - acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e projetos: gerenciamento dos programas, projetos e ações da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023;

VIII - qualidade do gasto: visa otimizar a aplicação dos recursos públicos a partir do cumprimento dos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, legalidade, sustentabilidade das finanças públicas, dentre outros.

Art. 5º - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverá ser compatível com as metas fiscais para o exercício de 2023, constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 6º - O resultado a que se refere o art. 5º desta Lei poderá ser ajustado até o montante estabelecido na revisão do Programa de Ajuste Fiscal - PAF, referente ao exercício 2023, firmado entre o Governo do Estado do Maranhão e o Ministério da Economia, ou se verificadas, quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução dos orçamentos de 2022 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 7º - Para efeito desta Lei entende-se por:



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 – PPA 2020- 2023;

II - ação: menor nível de categoria de programação, sendo um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, classificada em:

- a) atividade: quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- b) projeto: quando envolver um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- c) operação especial: quando envolver despesas que não contribuam para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

III - subtítulo: de caráter indicativo e gerencial, sendo utilizado, especialmente, para especificar sua localização física;

IV - unidade orçamentária: segmento da Administração direta ou indireta a que o orçamento do Estado consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição;

V - órgão orçamentário: maior nível da classificação institucional, sendo poder, secretaria de estado ou entidade desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas as respectivas unidades orçamentárias.

§ 1º - Para fins de planejamento e orçamento, considera-se categorias de programação os programas de governo constantes da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023 ou nele incorporados mediante lei.

§ 2º - Cada ação identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, considerando que:

I - a classificação por função respeitará a missão institucional da unidade orçamentária responsável por sua realização, independentemente da finalidade da ação;



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

II - a classificação por subfunção respeitará a finalidade da ação, independentemente da missão institucional da unidade orçamentária responsável por sua realização.

§ 3º - As atividades que possuem a mesma finalidade deverão ser classificadas sob um único código de ação, independentemente da unidade executora.

§ 4º - O projeto constará somente de uma única esfera orçamentária e de um único programa.

§ 5º - Ficam vedadas, na especificação dos subtítulos, referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiária, se determinados.

§ 6º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores para o cumprimento das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 7º - O produto e a unidade de medida deverão ser compatíveis com os especificados para cada ação, constantes da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

§ 8º - As regiões de planejamento que identificarão a localização física da ação nos programas de trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual deverão ser compatíveis com as constantes da Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020 - 2023.

Art. 8º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos poderes, seus órgãos, fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como das empresas públicas dependentes, sociedades de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do tesouro estadual, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/MA, observadas as normas da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e consoante às diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

§ 1º - Excluem-se do disposto neste artigo as empresas públicas ou sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado apenas em virtude de:

- I - participação acionária, inclusive aporte de capital;
- II - fornecimento de bens ou prestação de serviços;
- III - pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 2º - A empresa destinatária de recursos na forma prevista do inciso I do § 1º deste artigo deve divulgar, mensalmente, as informações relativas à execução das despesas do Orçamento de Investimento, discriminando os valores autorizados e os executados mensalmente.

Art. 9º - Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por esfera orçamentária, classificação institucional, funcional e estrutura programática em seu menor nível, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de exercício dos recursos.

§ 1º - A esfera orçamentária tem por finalidade identificar cada tipo de orçamento, conforme o art. 136 da Constituição Estadual, constando na Lei Orçamentária pelas seguintes legendas:

- I - Orçamento Fiscal - (F);
- II - Orçamento da Seguridade Social - (S);
- III - Orçamento de Investimento - (I).

§ 2º - A classificação institucional é representada pelos órgãos orçamentários no seu maior nível, agrupando as unidades orçamentárias que são o menor nível da classificação institucional.

§ 3º - A classificação funcional e estrutura programática, de que trata a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, será discriminada de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações.

§ 4º - As categorias econômicas são as Despesas Correntes e as Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 5º - Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND 5);



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 6º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 13 desta Lei, será classificada no GND 9.

§ 7º - O identificador de resultado primário (IRP), de caráter indicativo, tem como finalidade auxiliar a apuração do resultado primário previsto no art. 5º desta Lei, devendo constar no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e na respectiva Lei em todos os grupos de natureza de despesa, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará da mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2023, nos termos do art. 12, inciso II, desta Lei, se a despesa é:

I - financeira (IRP 0);

II - primária obrigatória, quando constar do Anexo III desta Lei (IRP 1);

III - primária discricionária, assim considerada aquela não incluída no Anexo III desta Lei (IRP 2);

IV - primária discricionária relativa as Metas e Prioridades constante do § 1º, art. 3º desta Lei (IRP 3).

§ 8º - Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 9º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - indiretamente, mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades;

b) a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições.

II - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social.

§ 10 - A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União (20);

II - Execução Orçamentária Delegada à União (22);



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

- III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
- IV - Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo (31);
- V - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal (32);
- VI - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (35);
- VII - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (36);
- VIII - Transferências a Municípios (40);
- IX - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (41);
- X - Execução Orçamentária Delegada a Municípios (42);
- XI - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (45);
- XII - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (46);
- XIII - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50);
- XIV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (60);
- XV - Execução de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP (67);
- XVI - Transferências a Instituições Multigovernamentais (70);
- XVII - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio (71);
- XVIII - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos (72);
- XIX - Transferências a Consórcios Públicos, mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (73);
- XX - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (74);



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

XXI - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012 (75);

XXII - Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (76);

XXIII - Transferências ao Exterior (80);

XXIV - Aplicações Diretas (90);

XXV - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (91);

XXVI - Aplicação direta de recursos recebidos de outros entes da federação decorrentes de delegação ou descentralização (92);

XXVII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (93);

XXVIII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe (94);

XXIX - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art.24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 (95);

XXX - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 (96);

XXXI - A Definir (99).

§ 11 - O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação a definir (99).

§ 12 - Quando a operação a que se refere o § 10 deste artigo for identificada apenas na execução orçamentária, antes da emissão da nota de empenho, a unidade orçamentária solicitará à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento a troca da modalidade de aplicação, na forma prevista no art. 33 desta Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 13 - O dígito identificador de exercício dos recursos, seja ou não de contrapartida estadual de empréstimos, convênios ou demais aplicações, constante do Projeto de Lei e da Lei Orçamentária de 2023 e de seus créditos adicionais, obedecerá o disposto a seguir:

- I - dígito indicador de recursos do exercício corrente (1);
- II - dígito indicador de recursos do exercício anterior (2);
- III - dígito indicador de recursos do exercício corrente destinado à contrapartida (7);
- IV - dígito indicador de recursos do exercício anterior destinado à contrapartida (8);
- V - dígito indicador de recursos condicionados (9)

Art. 10 - Todo e qualquer crédito orçamentário será consignado diretamente, independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, à unidade orçamentária responsável pelas ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º - Não caracteriza infringência ao disposto no caput deste artigo, bem como à vedação contida no art. 138, inciso VI, da Constituição do Estado, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91, a que se refere o art. 9º, § 10, inciso XXV, desta Lei.

Art. 11 - O Projeto de Lei Orçamentária de 2023, que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa e a respectiva Lei serão constituídos de:

- I - texto da Lei;
- II - os seguintes quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964:
 - a) evolução da receita do Tesouro Estadual, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição, de que trata o art. 204 da Constituição do Estado;



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

- b) evolução da despesa do Tesouro Estadual, segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
 - c) despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa e grupo de despesa;
 - d) recursos do Tesouro Estadual, diretamente arrecadados, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão;
 - e) programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 220 da Constituição do Estado, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
 - f) resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;
 - g) fontes de recursos por grupos de despesas;
 - h) despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo os programas de governo, detalhado por atividades, projetos e operações especiais;
- III - os seguintes quadros orçamentários adicionais:
- a) quadro consolidado do orçamento da Administração Direta;
 - b) quadro consolidado dos orçamentos das autarquias, das fundações públicas e dos fundos estaduais;
 - c) quadro consolidado do Orçamento Fiscal;
 - d) demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no art. 220 da Constituição do Estado, no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006;
 - e) demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito do cumprimento do disposto da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

f) demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando as receitas e as despesas, na forma definida nesta Lei;

V - Anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II, § 5º do art. 136 da Constituição do Estado, na forma definida nesta Lei;

VI - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidas por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Art. 12 - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 conterà:

I - análise da conjuntura econômica internacional, nacional e local, bem como as políticas econômica e social do Governo;

II - avaliação das necessidades de financiamento do Governo Estadual, explicitando receitas e despesas bem como indicando os resultados primário e nominal previstos no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, os estimados para 2022 e os observados em 2021.

Art. 13 - No Projeto de Lei Orçamentária enviado à Assembleia Legislativa, a dotação para a Reserva de Contingência, equivalerá a, no mínimo, até 2,5% (dois e meio por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior.

Parágrafo único - A dotação orçamentária de que trata o caput deste artigo poderá ser utilizada conforme o disposto na alínea “b”, inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como para abertura de créditos adicionais, nos termos da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração e execução dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal.

Art. 15 - Os órgãos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado encaminharão à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Estado do Maranhão - SIGEF/MA, a partir de 18 de julho de 2022 e até data a ser estipulada por aquela Secretaria, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO
E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 16 - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas Leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Serão divulgados pelo Poder Executivo na internet:

- I - a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- III - o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e seus anexos;
- IV - a Lei Orçamentária de 2023 e seus anexos;
- V - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos;
- VI - a execução orçamentária da receita e da despesa nos termos das Leis Complementares nº 101/2000 e 131/2009.

§ 2º - O Estado deverá incentivar a participação popular e realização consultas públicas e audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, respeitadas as medidas sanitárias.

§ 3º - As Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas das Secretarias de Estado e órgãos equivalentes, deverão participar diretamente das audiências públicas do Orçamento Participativo – OP e acompanhar a execução das demandas populares advindas do OP, atendendo as



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

orientações da SEPLAN e da SEDIHPOP, conforme preconiza o Decreto nº 31.519, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 17 - As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado terão, como limite para outras despesas correntes em 2023, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária do ano de 2022, corrigida pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para o período de julho de 2021 a junho de 2022.

Parágrafo único - No cálculo do limite a que se refere o caput deste artigo serão excluídas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios e despesas de capital destinadas a obras.

Art. 18 - É vedada a destinação de recursos para atender a despesas referentes as ações que não sejam de competência do Estado, nos termos da Constituição Estadual.

Parágrafo único - As unidades orçamentárias responsáveis pela execução de políticas públicas consignarão em suas propostas orçamentárias, de forma compatível com a Lei Estadual 11.204 de 31 de dezembro de 2019 – PPA 2020-2023, dotação suficiente para o funcionamento dos respectivos Conselhos Estaduais.

Art. 19 - Além da observância ao que dispõe esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão projetos novos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- III - a ação estiver compatível com a Lei Estadual 11.204, de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023 e suas revisões.

§ 1º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles que a execução financeira, até 27 de junho de 2022, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º - Entre os projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

§ 3º - Os investimentos em obras públicas e demais projetos, sempre que possível, serão discriminados por municípios ou regiões, observada a regionalização estabelecida na Lei Estadual 11.204, de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 4º - Os investimentos com duração superior a um exercício financeiro somente serão contemplados quando previstos na Lei Estadual 11.204, de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023, ou autorizada a sua inclusão em Lei, conforme disposto no § 1º do art. 138 da Constituição Estadual e no § 5º do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 20 - As dotações relativas às operações de crédito externas somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 se contratadas ou encaminhadas à apreciação do Senado Federal até 30 de junho de 2023.

Art. 21 - O Projeto de Lei e a Lei Orçamentária de 2022, somente conterá programação compatível com a Lei Estadual 11.204, de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020- 2023 e suas alterações.

Seção II

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 22 - O Poder Judiciário encaminhará até 20 de julho de 2022 ou dez dias úteis após a publicação desta Lei, prevalecendo o que ocorrer por último, à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023, conforme determina o art. 100 da Constituição Federal e o art. 79 da Constituição do Estado, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações, e por grupo de despesas, especificando:

I - número de Ordem;

II - número do protocolo;

III - número da ação originária;

IV - memória de cálculo da correção do valor, quando houver;

V - número do precatório;

VI - tipo de causa julgada;

VII - data da autuação do precatório;

VIII - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

IX - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

X - data do trânsito em julgado.

Parágrafo único - A relação dos débitos de que trata o caput deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 23 - Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da Administração Pública Estadual direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Estado, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Parágrafo único - Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2023, destinados ao pagamento de precatórios judiciais ou ao cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais com outra finalidade mediante autorização específica da Assembleia Legislativa.

Seção III

Da Destinação de Recursos ao Setor Privado e a Pessoas Físicas

Art. 24 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada e que comprovem funcionamento regular há pelo menos dois anos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e tenham o reconhecimento de utilidade pública estadual ou municipal;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

exercício de 2023 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - É vedada a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º - É vedado o pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.

§ 4º - É vedado o pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público.

Art. 25 - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que comprovem funcionamento regular há pelo menos três anos, e que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais do ensino fundamental ou, ainda, unidades mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC;

II - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos e que estejam inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS;

IV - signatárias de contrato de gestão celebrado com a Administração Pública Estadual, não qualificada como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

V - consórcios intermunicipais de saúde, assistência social e segurança alimentar, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a Administração Pública Estadual e que participem da execução de programas nacionais de saúde;



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS, conforme a Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

VII - contribuam diretamente para o alcance das diretrizes, objetivos e metas previstos na Lei Estadual 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

Art. 26 - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas nos arts. 24 e 25 desta Lei, a inclusão de dotação na Lei Orçamentária de 2023 e sua execução dependerão, ainda, de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo termo de parceria, convênio ou instrumento congênere.

Art. 27 - A execução das ações de que tratam os arts. 24 e 25 desta Lei ficam condicionadas à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 28 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto nos arts. 203 e 204 da Constituição do Estado e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - da contribuição para o sistema de seguridade social do servidor estadual, que será utilizada para despesas com benefícios previdenciários e assistenciais dos servidores do Estado;

II - de convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integram o Orçamento da Seguridade Social;

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput;

IV - do Orçamento Fiscal.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Parágrafo único - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 29 - O Projeto e a Lei Orçamentária de 2023 incluirão os recursos necessários ao atendimento da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Seção V

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 30 - O Orçamento de Investimento, previsto no art. 136, § 5º, inciso II, da Constituição do Estado, abrangerá as empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dele constarão todos os investimentos realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

§ 1º - Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão consideradas investimento as despesas com:

- I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou destinados a terceiros;
- II - benfeitorias realizadas em bens do Estado por empresas estatais;
- III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pelo Estado.

§ 2º - A despesa será discriminada nos termos do art. 9º desta Lei, especificando a classificação funcional, a categoria de programação em seu menor nível e as fontes previstas no § 3º deste artigo.

§ 3º - O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- IV - gerados pela empresa;
- V - oriundos de participação do Estado no capital social;
- VI - oriundos de operações de crédito internas e externas;
- VII - de outras origens.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 4º - A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º - Não integrarão o Orçamento de Investimento as empresas estatais dependentes, conforme definido no inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 6º - Não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento as normas gerais da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrações contábeis.

§ 7º - Excetua-se do disposto no § 6º deste artigo a aplicação, no que couber, dos arts.109 e 110 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para as finalidades a que se destinam.

Seção VI

Das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31 - As emendas ao projeto de Lei orçamentária obedecerão ao disposto no §2º do art. 137 e no art. 136-A da Constituição do Estado e as dotações orçamentárias necessárias à sua execução serão provenientes de anulação parcial da Reserva de Contingência, ressalvados os recursos destinados ao atendimento dos riscos fiscais a ela consignados.

§ 1º - O Projeto de Lei de Orçamento, devem vir acompanhado de anexo contendo o valor da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, deduzidas das receitas extraordinárias decorrentes de circunstâncias excepcionais.

§ 2º (Vetado).

§ 3º (Vetado).

§ 4º (Vetado).

§ 5º (Vetado).

§ 6º As despesas referentes a emendas impositivas que forem empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar.

§7º - (Vetado).

Art. 32 - As emendas apresentadas deverão estar compatíveis, em seu objeto de gasto, com a finalidade das ações a que estão relacionadas.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 1º - As emendas parlamentares impositivas aprovadas constarão de anexo específico da Lei de Orçamento de 2023, contendo no mínimo: Número da Emenda, unidade orçamentária, função, subfunção, Programa, ação. Objetivo, Localizador, Modalidade de Aplicação, Grupo de natureza de despesa e Valor.

§ 2º - As emendas parlamentares impositivas apresentadas ao projeto de Lei de Orçamento de 2023 poderão ser destinadas:

I - a órgãos e entidades da Administração Pública Estadual constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para execução de ações a serem definidas;

II - diretamente aos Municípios, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere,

III - a entidades sem fins lucrativos, por meio de transferência voluntária, a título de cooperação para a execução de um objeto de interesse público.

Seção VII

Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 33 - As modalidades de aplicação, bem como os identificadores de recursos destinados a contrapartidas de convênios das ações constantes da Lei Orçamentária de 2023 e dos créditos adicionais, inclusive os reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de portaria do Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento.

§ 1º - Portaria do Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento poderá modificar códigos e títulos das ações, desde que constatado erro material de ordem técnica ou legal, observada a compatibilidade com a Lei Estadual 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023.

§ 2º - As alterações no localizador de gasto ou entre subações pertencentes a uma mesma ação orçamentária poderão ser modificadas no SIGEF-MA sem a necessidade de ato do Governador do Estado ou do Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento.

Art. 34 - Acompanharão os projetos de lei dos créditos especiais mensagem que os justifiquem e evidencie o objetivo do crédito proposto.

Art. 35 - Para fins do disposto no art. 136, § 8º, da Constituição do Estado, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em ação existente.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Art. 36 - Os créditos adicionais aprovados pela Assembleia Legislativa serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

Art. 37 - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2023, apresentadas as parcelas já utilizadas em créditos adicionais abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

Art. 38 - Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2023;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos.

Art. 39 - As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2023, quando se tratar de anulação de dotação, devem evidenciar o objetivo do crédito proposto e a repercussão decorrente da não execução da ação anulada parcial ou total.

§ 1º - Os créditos a que se refere o caput deste artigo, com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como os abertos à conta do excesso de arrecadação de receitas próprias, apurados conforme disposto no art. 38 desta Lei, serão abertos, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública do Estado, por atos, respectivamente:

- I - dos Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça;
- II - do Procurador Geral de Justiça;
- III - do Defensor Público Geral do Estado.

§ 2º - Os créditos de que trata o § 1º deste artigo serão incluídos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA, pelos respectivos órgãos.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Art. 40 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 138, § 2º, da Constituição do Estado, será efetivada mediante ato do Governador do Estado, até 24 de abril de 2023.

Parágrafo único - Os créditos reabertos na forma do caput deste artigo serão incluídos no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA.

Art. 41 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, remanejar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único - O remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 42 - Fica o Poder Executivo, autorizado, mediante decreto, a transpor ou transferir dotações orçamentárias na mesma unidade orçamentária, de uma categoria econômica para outra ou de um programa de trabalho para outro, ou ainda, remanejar dotações entre unidades orçamentárias diferentes.

Art. 43 - Poderão ser incorporados ao orçamento anual, mediante abertura de crédito adicional suplementar, os programas e ações constantes da Lei Estadual 11.204 de 31 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023 que não foram incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, respeitando o papel institucional do órgão.

Art. 44 - Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Governador do Estado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de 1/12 (um doze avos) da proposta remetida à Assembleia Legislativa, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 1º - O limite previsto no caput deste artigo não se aplica ao atendimento de despesas com:

I - obrigações constitucionais ou legais do Estado, relacionadas no Anexo III desta Lei;



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

II - pagamento de bolsa de estudo, observado o disposto nos arts. 70 a 77 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB e a Portaria CAPES-MEC nº 64, de 24 de março de 2010;

III - ações de prevenção a desastres, classificadas na subfunção Defesa Civil;

IV - projeto ou atividade financiada com doações;

V - projeto ou atividade financiada com recursos de operações de crédito externa;

§ 2º - Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 33 desta Lei aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 3º - Na execução de outras despesas correntes, liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção VIII

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 45 - Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado terão como referencial o repasse previsto no art. 139 da Constituição do Estado, na forma de duodécimos.

Art. 46 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 da referida Lei e à Defensoria Pública do Estado, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 2º - O montante da limitação a ser promovida pelos órgãos referidos no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2023, excluídas as:

- I - que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado integrantes do Anexo III desta Lei;
- II - classificadas com o identificador de resultado primário 3;
- III - custeadas com recursos de doações, convênios e parcerias;
- IV - ações de combate à fome e à pobreza.

§ 3º - Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, com base na informação a que se refere o § 1º deste artigo, editarão, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, ato que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 4º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos tenham sido limitados poderá ser efetuada a qualquer tempo, devendo o Poder Executivo comunicar à Assembleia Legislativa, aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e à Defensoria Pública do Estado, os montantes a serem restabelecidos.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS

Art. 47 - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores publicará, até 31 de agosto de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

Parágrafo único - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado observarão o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 48 - Os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado terão como parâmetros para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2023, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em maio de 2022, compatibilizada com os



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

eventuais acréscimos legais, respeitados os limites impostos pelos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - Para efeito de cálculo dos parâmetros a que se refere o caput deste artigo, por poder e órgão, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado e dos demais Poderes, o demonstrativo da Receita Corrente Líquida que servirá de base para o cálculo dos limites de despesa de pessoal, conforme previsto no § 2º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º - A Defensoria Pública do Estado terá como limite na elaboração de sua proposta orçamentária para pessoal e encargos sociais o percentual de 0,5% a 1,5 % da receita corrente líquida do Estado.

Art. 49 - No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal e no art. 48 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 47 desta Lei, bem como aqueles criados de acordo com o art. 50 desta Lei, ou se houver vacância, após 29 de agosto de 2022, dos cargos ocupados constantes da referida tabela;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III - for observado o limite previsto no art. 48 desta Lei.

Art. 50 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada as despesas com pessoal relativas a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2023, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e serem compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - O Anexo a que se refere o caput deste artigo conterà autorização somente quando amparada por projeto de Lei ou medida provisória cuja tramitação seja iniciada na Assembleia Legislativa até 12 de setembro de 2022, e terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, com as respectivas:



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

I - quantificações, para a criação de cargos, funções e empregos, identificando especificamente o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

II - quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos, especificando, no caso do primeiro provimento, o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente;

III - especificações, relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, identificando o projeto de lei, a medida provisória ou a lei correspondente.

§ 2º - O Anexo de que trata o § 1º deste artigo considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos e será acompanhado dos valores relativos à despesa anualizada, facultada sua atualização, durante a apreciação do projeto, pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, no prazo fixado pelo § 4º do art. 137, da Constituição do Estado.

Art. 51 - Não se aplica a obrigatoriedade de inclusão no Anexo a que se refere o art. 50 desta Lei à revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores civis e militares, ativos e inativos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário bem como do Ministério Público, da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e das fundações públicas estaduais, cujo percentual será único para todos os servidores abrangidos por este artigo e definido em Lei específica.

Art. 52 - O pagamento de quaisquer aumentos de despesa com pessoal decorrente de medidas administrativas ou judiciais que não se enquadrem nas exigências dos arts. 47, 49 e 50 dependerá de abertura de créditos adicionais.

Art. 53 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO

Art. 54 - O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa projetos de Lei sobre matéria tributária que deva ser alterada, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a diretrizes constitucionais e ajustamento às determinações de leis complementares federais.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 1º - Poderão ser instituídos polos de desenvolvimento regionais ou setoriais, mediante alterações na legislação tributária e observadas as vocações econômicas de cada região.

§ 2º - Nas propostas de alteração da legislação tributária deverá constar demonstrativo de impacto financeiro e orçamentário, que discriminará a previsão de receita do tributo e o respectivo percentual de aumento ou de renúncia de receita.

Art. 55 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação na Assembleia Legislativa.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2023:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até noventa dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas mediante decreto.

§ 3º - O atendimento de programação cancelada nos termos do § 2º deste artigo far-se-á por meio da abertura de crédito suplementar.

§ 4º - O projeto de lei ou medida provisória que institua ou altere tributo somente será aprovado ou editada, respectivamente, se acompanhada da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Art. 56 - As operações de crédito interna e externa reger-se-ão pelo que determinam a Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, ambas do Senado Federal, e na forma do Capítulo VII, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

§ 1º - A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida à legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações e/ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

- a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;
- b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;
- c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;
- d) pagamento de precatórios.

II - mediante alienação de ativos:

- a) ao atendimento de programas sociais;
- b) ao ajuste do setor público e redução do endividamento;
- c) à renegociação de passivos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57 - A execução da Lei Orçamentária de 2023 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 58 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º - A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA, após 31 de dezembro de 2023, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

demonstrações contábeis, os quais deverão ser efetuados no prazo e na forma estabelecida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Estadual.

Art. 59 - Para efeito do disposto no art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, considera-se contraída a obrigação no momento da emissão da Nota de Empenho.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública estadual, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 60 - A ordem bancária ou outro documento por meio do qual se efetue o pagamento de despesa, inclusive de restos a pagar, indicará a nota de empenho correspondente.

Art. 61 - O Poder Executivo atualizará a relação de que trata o Anexo III sempre em razão de emenda constitucional ou lei que resultem em obrigações para o Estado.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá incluir outras despesas na relação de que trata o caput deste artigo, desde que demonstre que constituem obrigação constitucional ou legal do Estado.

Art. 62 - O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo dados e informações constantes da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, inclusive em meio magnético de processamento de dados, bem como os detalhamentos utilizados na sua consolidação.

Art. 63 - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional, segundo a taxa de câmbio vigente.

Art. 64 - Os acordos trabalhistas dos órgãos da Administração Indireta só poderão ser celebrados pelos dirigentes após parecer da Procuradoria Geral do Estado, do Comitê de Gestão Orçamentária, Financeira e de Política Salarial e aprovação do Governador do Estado.

Art. 65 - A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 obedecerá ao disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, que estabelece a padronização das fontes ou destinação de recursos em conjunto com as Portarias nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, nº 925, de 08 de julho de 2021 e nº 1.141, de 11 de novembro de 2021 que alterou a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 66 - O Estado poderá utilizar-se do dispositivo do art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal referente a Desvinculação de Receitas do Estado e Municípios - DREM.



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

Art. 67 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 2 DE AGOSTO DE 2022, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão
SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXOS
ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x100	% RCL (a / RCL) x100
Receta Total	22.475.542.213	22.583.139.117	15,51	109,28	24.107.250.000	24.335.757.564	14,94	108,28	25.830.405.000	26.194.108.908	14,38	107,83
Recetas Primárias Correntes	21.251.660.213	21.353.398.041	14,67	103,33	22.945.431.000	23.162.925.926	14,22	103,07	24.645.948.000	24.992.974.212	13,72	102,88
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.148.593.213	21.249.837.630	14,59	102,83	22.846.122.000	23.062.675.596	14,15	102,62	24.542.387.000	24.887.955.026	13,66	102,45
Contribuições	9.133.885.213	9.177.611.756	6,30	44,41	9.975.373.000	10.069.927.467	6,18	44,81	10.835.302.000	10.987.868.005	6,03	45,23
Transferências Correntes	801.310.000	805.146.102	0,55	3,90	811.549.000	819.241.503	0,50	3,65	823.925.000	835.526.241	0,46	3,44
Demais Recetas Primárias Correntes	10.335.645.000	10.385.124.714	7,13	50,26	11.130.151.000	11.235.651.366	6,90	49,99	11.907.737.000	12.075.403.379	6,63	49,71
Recetas Primárias de Capital	877.753.000	881.955.057	0,61	4,27	929.049.000	937.855.261	0,58	4,17	975.423.000	989.157.402	0,54	4,07
Despesa Total	103.067.000	103.560.411	0,07	0,50	99.309.000	100.250.329	0,06	0,45	103.561.000	105.019.186	0,06	0,43
Despesas Primárias (II)	23.854.506.000	23.968.704.402	16,46	115,99	25.332.527.000	25.572.648.708	15,70	113,79	26.610.044.000	26.984.725.582	14,82	111,08
Despesas Primárias Correntes	21.399.080.000	21.501.523.569	14,77	104,05	22.911.968.000	23.129.145.737	14,20	102,92	24.525.721.000	24.871.054.361	13,66	102,38
Pessoal e Encargos Sociais	16.337.462.000	16.415.674.144	11,27	79,44	16.912.462.000	17.072.771.678	10,48	75,97	17.608.104.000	17.856.034.152	9,80	73,50
Outras Despesas Correntes	10.111.041.000	10.159.445.470	6,98	49,16	10.367.868.000	10.466.142.845	6,42	46,57	10.662.324.000	10.812.454.395	5,94	44,51
Despesas Primárias de Capital	6.226.421.000	6.256.238.674	4,30	30,27	6.544.594.000	6.606.628.833	4,05	29,40	6.945.780.000	7.043.579.757	3,87	28,99
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.030.775.000	1.035.709.617	0,71	5,01	911.315.000	919.953.164	0,56	4,09	1.071.593.000	1.086.681.519	0,60	4,47
Resultado Primário (III) = (I - II)	560.915.000	563.600.262	0,39	2,73	579.287.000	584.777.940	0,36	2,60	598.243.000	606.666.535	0,33	2,50
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	(147.419.787)	(148.125.528)	(0,10)	(0,72)	33.463.000	33.780.189	0,02	0,15	120.227.000	121.919.851	0,07	0,50
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	63.050.000	63.351.839	0,04	0,31	66.202.500	66.830.020	0,04	0,30	69.512.625	70.491.395	0,04	0,29
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	388.000.000	389.857.468	0,27	1,89	376.360.000	379.927.437	0,23	1,69	365.069.200	370.209.541	0,20	1,52
Divida Pública Consolidada	(472.369.787)	(474.631.158)	(0,33)	(2,30)	(276.694.500)	(279.317.229)	(0,17)	(1,24)	(175.329.575)	(177.798.296)	(0,10)	(0,73)
Divida Consolidada Líquida	5.319.560.293	5.345.026.563	3,67	25,87	4.463.350.175	4.505.657.335	2,77	20,05	3.926.351.293	3.981.636.114	2,19	16,39
Divida Consolidada Líquida	4.154.943.492	4.174.834.406	2,87	20,20	3.080.060.383	3.109.255.629	1,91	13,83	2.332.729.926	2.365.575.830	1,30	9,74
Recetas Primárias advindas de PPP (VII)												
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)												
Impacto do saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)												

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso D)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receta Total	17.468.925.000	14,79	95,57	20.184.697.356	17,08	110,43	2.715.772.356	15,55
Recetas Primárias (I)	16.133.086.000	13,65	88,26	18.878.812.991	15,98	103,29	2.745.726.991	17,02



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Despesa Total	17.439.790.915	14,76	95,41	20.410.484.071	17,28	111,67	2.970.693.156	17,03
Despesas Primárias (II)	16.728.284.915	14,16	91,52	18.192.488.544	15,40	99,53	1.464.203.629	8,75
Resultado Primário (III) = (I-II)	(595.198.915)	(0,50)	(3,26)	686.324.447	0,58	3,75	1.281.523.362	(215,31)
Resultado Nominal	709.929.607	0,60	3,88	155.281.456	0,13	0,85	(554.648.151)	(78,13)
Dívida Pública Consolidada	7.273.428.471	6,16	39,79	8.367.836.466	7,08	45,78	1.094.407.995	15,05
Dívida Consolidada Líquida	6.730.985.371	5,70	36,82	7.550.852.448	6,39	41,31	819.867.077	12,18

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	19.811.755.000	17.468.925.000	(11,83)	19.082.103.000	8,23	22.475.542.213	16,78	24.107.250.000	6,26	25.830.405.000	6,15
Receitas Primárias (I)	18.255.976.000	16.133.086.000	(11,63)	17.546.710.000	7,76	21.251.660.213	20,11	22.945.431.000	6,97	24.645.948.000	6,41
Despesa Total	20.238.091.000	17.439.790.915	(13,83)	20.809.322.000	18,32	23.854.506.000	13,63	25.332.527.000	5,20	26.610.044.000	4,04
Despesas Primárias (II)	18.746.861.000	16.728.284.915	(10,77)	17.929.152.000	6,18	21.399.080.000	18,35	22.911.968.000	6,07	24.525.721.000	6,04
Resultado Primário (III) = (I - II)	(490.885.000)	(595.198.915)	21,25	(382.442.000)	(36,75)	(147.419.787)	(62,45)	33.463.000	(123,70)	120.227.000	258,28
Resultado Nominal	(81.060.086)	709.929.607	(975,81)	(707.392.000)	(200,64)	(472.369.787)	(34,22)	(276.694.500)	(42,42)	(175.329.575)	(37,63)
Dívida Pública Consolidada	7.041.295.371	7.273.428.471	3,30	5.882.450.581	(20,12)	5.319.560.293	(10,57)	4.463.350.175	(17,10)	3.926.351.293	(13,03)
Dívida Consolidada Líquida	7.073.983.301	6.730.985.371	(4,85)	4.507.591.784	(34,03)	4.154.943.492	(8,82)	3.080.060.383	(26,87)	2.332.729.926	(25,26)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	20.101.479.046	17.644.680.813	(12,22)	19.082.103.000	7,15	22.368.457.952	16,22	23.880.888.073	5,76	25.471.751.102	5,66
Receitas Primárias (I)	18.522.948.575	16.295.401.864	(12,03)	17.546.710.000	6,68	21.150.407.112	19,54	22.729.978.305	6,47	24.303.740.229	5,92
Despesa Total	20.534.049.718	17.615.253.609	(14,21)	20.809.322.000	17,13	23.740.851.694	13,09	25.094.659.984	4,70	26.240.564.853	3,57
Despesas Primárias (II)	19.021.012.201	16.896.589.108	(11,17)	17.929.152.000	5,11	21.297.124.521	17,78	22.696.829.516	5,57	24.185.182.575	5,56
Resultado Primário (III) = (I - II)	(498.063.626)	(601.187.244)	20,70	(382.442.000)	(37,39)	(146.717.409)	(62,64)	33.148.790	(123,59)	118.557.654	256,65
Resultado Nominal	(82.245.496)	717.072.248	(971,87)	(707.392.000)	(199,65)	(470.119.191)	(34,54)	(274.096.398)	(42,70)	(172.895.133)	(37,92)
Dívida Pública Consolidada	7.144.266.187	7.346.606.834	2,83	5.882.450.581	(20,93)	5.294.215.357	(11,00)	4.421.440.271	(17,49)	3.871.834.099	(13,43)
Dívida Consolidada Líquida	7.177.432.141	6.798.706.184	(5,28)	4.507.591.784	(34,70)	4.135.147.349	(9,26)	3.051.139.274	(27,21)	2.300.340.087	(25,61)

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	576.992.008,00	(0,75)	576.992.008,00	(0,60)	576.992.008,00	(1,65)
Reservas	1.009,00	(0,00)	1.009,00	(0,00)	1.009,00	(0,00)
Resultado Acumulado	(77.623.289.480,00)	100,75	(96.269.675.047,00)	100,60	(35.589.531.145,00)	101,65
TOTAL	(77.046.296.463,00)	100,00	(95.692.682.030,00)	100,00	(35.012.538.128,00)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Reservas	(85.265.782.443,00)	100,00	(100.908.072.815,00)	100,00	(39.351.831.537,00)	100,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	(85.265.782.443,00)	100,00	(100.908.072.815,00)	100,00	(39.351.831.537,00)	100,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO
LEIDE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	112.582.358,96	4.270.047,64	2.433.496,95
Alienação de Bens Móveis	6.497.557,77	4.270.047,64	2.433.496,95
Alienação de Bens Imóveis	106.084.801,19	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	105.448.469,27	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	105.448.469,27	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	105.448.469,27	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO			
	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	13.837.434,28	6.703.544,59	2.433.496,95

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RS\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

<u>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</u>	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)	1.468.121.086,35	1.399.462.224,98	1.308.824.574,35
Receita de Contribuições dos Segurados	545.572.138,59	612.900.671,15	448.115.172,10
Civil	429.860.894,25	475.867.382,63	448.115.172,10
Ativo	377.478.012,80	414.394.399,61	403.774.459,67
Inativo	31.948.001,52	44.971.754,66	37.004.986,89
Pensionista	20.434.879,93	16.501.228,36	7.335.725,54
Receita de Contribuições Patronais	893.284.435,08	760.602.535,18	832.601.234,52
Civil	752.167.448,69	737.013.802,29	832.601.234,52
Ativo	752.167.448,69	737.013.802,29	832.601.234,52
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Pensionista	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	5.108.971,75	5.681.423,78	6.453.041,64
Receitas Imobiliárias	1.908.580,45	2.827.196,70	2.735.176,20
Receitas de Valores Mobiliários	3.200.391,30	2.854.227,08	3.717.865,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	24.155.540,93	20.277.594,87	21.655.126,09
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	15.337.134,97	9.198.920,64	9.988.801,59
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	8.818.405,96	11.078.674,23	11.666.324,50
RECEITAS DE CAPITAL (III)	103.530.669,88	172.003.258,78	105.448.469,27
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	103.530.669,88	172.003.258,78	105.448.469,27
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.571.651.756,23	1.571.465.483,76	1.414.273.043,62

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2023

<u>DESPESAS</u>	2019	2020	2021
Benefícios - Civil	1.282.484.537,99	1.673.471.705,68	1.783.756.614,04
Aposentadorias	1.136.971.304,64	1.455.911.015,43	1.530.596.289,23
Pensões	145.513.233,35	217.560.690,25	253.160.324,81
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.284.893,22	2.488.176,92	1.430.626,41
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.284.893,22	2.488.176,92	1.430.626,41
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	1.564.965.143,71	2.074.521.834,91	1.785.187.240,45
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	6.686.612,52	-503.056.351,15	-370.914.196,83
<u>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	2019	2020	2021
VALOR			
<u>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</u>	2019	2020	2021
VALOR			



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS</u>	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos Outros Aportes para o RPPS		373.240.850,56	323.407.014,46
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<u>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</u>	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.273.548,20	220.078.664,07	332.269,12
Investimentos e Aplicações	8.653.189,37	7.322.681,73	123.114.478,55
Outros Bens e Direitos			

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2023

<u>FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)</u>			
<u>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</u>	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VII)			40.969.862,75
Receita de Contribuições dos Segurados			40.969.862,75
Civil			
Ativo			
Inativo			20.080.285,97
Pensionista			20.889.576,78
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	40.969.862,75



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2019	2020	2021
Benefícios - Civil	951.804.740,63	606.550.959,56	590.610.711,64
Aposentadorias	633.294.830,55	330.010.226,77	310.154.776,79
Pensões	318.495.175,58	276.535.104,07	280.455.934,85
Outros Benefícios Previdenciários	14.734,50	5.628,72	
Outras Despesas Previdenciárias	838.380,90	678.016,61	1.185.071,85
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	838.380,90	678.016,61	1.185.071,85
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	952.643.121,53	607.228.976,17	591.795.783,49
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	-952.643.121,53	-607.228.976,17	-550.825.920,74
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES	0,00	91.011,55	4.949,90
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	91.011,55	4.949,90
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES (XIII)	35.138.469,36	34.649.521,98	35.623.258,73
Pessoal e Encargos Sociais			17.823.445,44
Demais Despesas Correntes			17.799.813,29
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	31.400,16	359.480,00	81.054,39
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	35.169.869,52	35.009.001,98	35.704.313,12
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-35.169.869,52	-34.917.990,43	-35.699.363,22



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREO			
<u>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)</u>	2019	2020	2021
Contribuições dos Servidores	1.438.856.573,67	1.373.503.206,33	1.321.686.269,37
Demais Receitas Previdenciárias	132.795.182,56	197.962.277,43	133.556.637,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVII)	1.571.651.756,23	1.571.465.483,76	1.455.242.906,37
<u>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)</u>	2019	2020	2021
Aposentadorias	1.770.266.135,19	1.785.921.242,20	1.840.751.066,02
Pensões	464.008.408,93	494.095.794,32	533.616.259,66
Outras Despesas Previdenciárias	2.123.274,12	3.166.193,53	2.615.698,26
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII)	2.236.397.818,24	2.283.183.230,05	2.376.983.023,94
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII)	-664.746.062,01	-711.717.746,29	-921.740.117,57
RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS AS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES)			
<u>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO DOS MILITARES</u>	2019	2020	2021
Contribuição sobre a remuneração dos militares ativos	252.763.120,49	115.862.128,06	112.077.294,35
Contribuição sobre a remuneração dos militares inativos	2.037.456,65	33.924.852,47	38.347.173,48
Contribuição sobre a remuneração dos pensionistas	2.027.653,59	10.835.040,88	7.107.708,32
Outras contribuições			0,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DOS MILITARES (XX)	256.828.230,73	160.622.021,41	157.532.176,15
<u>DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES</u>	2019	2020	2021
Inatividade	231.873.554,24	342.985.603,10	365.051.514,78
Pensões	49.322.158,26	55.576.349,21	67.710.346,50
Outras Despesas			90.568,24
TOTAL DAS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS MILITARES (XXI)	281.195.712,50	398.561.952,31	432.852.429,52
RESULTADO ASSOCIADO ÀS PENSÕES E AOS INATIVOS MILITARES (XXII) =(XX-XXI)	-24.367.481,77	-237.939.930,90	-275.320.253,37

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2020	0,00	607.228.976,17	-607.228.976,17	-607.228.976,17
2021	40.969.862,75	591.795.783,49	-550.825.920,74	-1.158.054.896,91
2022	44.151.460,04	560.879.720,78	-516.728.260,74	-1.674.783.157,65
2023	42.448.358,83	537.417.289,11	-494.968.930,28	-2.169.752.087,93
2024	40.692.089,86	513.400.654,50	-472.708.564,64	-2.642.460.652,57
2025	38.888.941,59	488.935.378,36	-450.046.436,77	-3.092.507.089,34
2026	37.050.905,63	464.104.524,50	-427.053.618,87	-3.519.560.708,21
2027	35.189.140,12	439.133.383,31	-403.944.243,19	-3.923.504.951,40
2028	33.317.326,61	414.186.472,60	-380.869.145,99	-4.304.374.097,39
2029	31.454.845,93	389.504.820,05	-358.049.974,12	-4.662.424.071,51
2030	29.607.313,20	365.169.059,07	-335.561.745,87	-4.997.985.817,38
2031	27.778.683,17	341.250.773,37	-313.472.090,20	-5.311.457.907,58
2032	25.983.427,63	317.911.629,44	-291.928.201,81	-5.603.386.109,39
2033	24.227.318,42	295.225.697,95	-270.998.379,53	-5.874.384.488,92
2034	22.519.038,92	273.286.311,02	-250.767.272,10	-6.125.151.761,02
2035	20.865.754,16	252.168.175,84	-231.302.421,68	-6.356.454.182,70
2036	19.273.306,18	231.931.758,07	-212.658.451,89	-6.569.112.634,59
2037	17.747.070,91	212.631.953,44	-194.884.882,53	-6.763.997.517,12
2038	16.292.237,50	194.319.749,23	-178.027.511,73	-6.942.025.028,85
2039	14.913.008,93	177.036.175,36	-162.123.166,43	-7.104.148.195,28
2040	13.612.471,49	160.810.508,75	-147.198.037,26	-7.251.346.232,54
2041	12.392.665,63	145.660.503,93	-133.267.838,30	-7.384.614.070,84
2042	11.254.383,15	131.590.839,71	-120.336.456,56	-7.504.950.527,40



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

2043	10.197.110,59	118.591.897,27	-108.394.786,68	-7.613.345.314,08
2044	9.219.299,60	106.642.351,19	-97.423.051,59	-7.710.768.365,67
2045	8.318.658,12	95.710.986,46	-87.392.328,34	-7.798.160.694,01
2046	7.492.269,29	85.757.544,96	-78.265.275,67	-7.876.425.969,68
2047	6.736.465,52	76.731.513,48	-69.995.047,96	-7.946.421.017,64
2048	6.046.822,36	68.572.245,49	-62.525.423,13	-8.008.946.440,77
2049	5.418.605,66	61.213.994,91	-55.795.389,25	-8.064.741.830,02
2050	4.847.195,14	54.590.530,69	-49.743.335,55	-8.114.485.165,57
2051	4.328.254,85	48.637.461,13	-44.309.206,28	-8.158.794.371,85
2052	3.857.717,20	43.292.915,20	-39.435.198,00	-8.198.229.569,85
2053	3.431.550,11	38.496.468,31	-35.064.918,20	-8.233.294.488,05
2054	3.045.761,30	34.189.770,98	-31.144.009,68	-8.264.438.497,73
2055	2.696.737,96	30.319.595,93	-27.622.857,97	-8.292.061.355,70
2056	2.381.482,69	26.840.647,18	-24.459.164,49	-8.316.520.520,19
2057	2.097.428,19	23.714.476,80	-21.617.048,61	-8.338.137.568,80
2058	1.842.194,84	20.907.572,53	-19.065.377,69	-8.357.202.946,49
2059	1.613.367,39	18.389.375,34	-16.776.007,95	-8.373.978.954,44
2060	1.408.779,99	16.134.102,22	-14.725.322,23	-8.388.704.276,67
2061	1.226.730,63	14.121.273,26	-12.894.542,63	-8.401.598.819,30
2062	1.065.667,00	12.332.765,07	-11.267.098,07	-8.412.865.917,37
2063	923.841,98	10.749.802,65	-9.825.960,67	-8.422.691.878,04
2064	799.334,03	9.352.719,19	-8.553.385,16	-8.431.245.263,20
2065	690.347,67	8.123.206,76	-7.432.859,09	-8.438.678.122,29
2066	595.290,93	7.044.684,99	-6.449.394,06	-8.445.127.516,35
2067	512.743,55	6.101.844,23	-5.589.100,68	-8.450.716.617,03
2068	441.384,59	5.280.562,78	-4.839.178,19	-8.455.555.795,22
2069	379.962,44	4.567.836,22	-4.187.873,78	-8.459.743.669,00
2070	327.350,19	3.951.955,59	-3.624.605,40	-8.463.368.274,40
2071	282.452,25	3.421.601,82	-3.139.149,57	-8.466.507.423,97



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA**

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

2072	244.205,62	2.965.773,13	-2.721.567,51	-8.469.228.991,48
2073	211.641,43	2.574.483,75	-2.362.842,32	-8.471.591.833,80
2074	183.911,24	2.239.015,97	-2.055.104,73	-8.473.646.938,53
2075	160.272,60	1.951.603,32	-1.791.330,72	-8.475.438.269,25
2076	140.082,41	1.705.387,60	-1.565.305,19	-8.477.003.574,44
2077	122.791,37	1.494.335,89	-1.371.544,52	-8.478.375.118,96
2078	107.902,52	1.312.892,53	-1.204.990,01	-8.479.580.108,97
2079	94.951,09	1.155.719,37	-1.060.768,28	-8.480.640.877,25
2080	83.539,72	1.018.207,46	-934.667,74	-8.481.575.544,99
2081	73.394,95	896.938,23	-823.543,28	-8.482.399.088,27
2082	64.315,91	789.287,72	-724.971,81	-8.483.124.060,08
2083	56.174,01	693.461,38	-637.287,37	-8.483.761.347,45
2084	48.862,13	607.895,91	-559.033,78	-8.484.320.381,23
2085	42.315,20	531.701,30	-489.386,10	-8.484.809.767,33
2086	36.452,03	463.527,78	-427.075,75	-8.485.236.843,08
2087	31.234,54	402.659,67	-371.425,13	-8.485.608.268,21
2088	26.627,37	348.406,24	-321.778,87	-8.485.930.047,08
2089	22.598,19	300.181,54	-277.583,35	-8.486.207.630,43
2090	19.104,55	257.400,67	-238.296,12	-8.486.445.926,55
2091	16.099,90	219.529,77	-203.429,87	-8.486.649.356,42
2092	13.536,48	186.139,52	-172.603,04	-8.486.821.959,46
2093	11.345,74	156.725,51	-145.379,77	-8.486.967.339,23
2094	9.450,92	130.724,92	-121.274,00	-8.487.088.613,23

FONTE: Unidade Responsável IPREV, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3. Notas:

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

(1) Este demonstrativo, para o Pessoal Civil, utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE-2019; b) tábua de entrada em invalidez: não aplicável; c) crescimento real de salários: não aplicável; d) crescimento real de benefícios: 0,33% a.a.; e) taxa real de juros: 2,50% a.a.; f) hipótese sobre geração futura: não aplicável; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 2 anos mais jovem e masculino 2 anos mais velho; i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,980; j) inflação anual estimada: 4,52%; k) taxa de rotatividade: 0,00% a.a.

(2) Este demonstrativo, para o Pessoal Militar, utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE-2019; b) tábua de entrada em invalidez: não aplicável; c) crescimento real de salários: não aplicável; d) crescimento real de benefícios: 0,33% a.a.; e) taxa real de juros: 2,50% a.a.; f) hipótese sobre geração futura: não aplicável; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 3,50 anos mais jovem e masculino 3,50 anos mais velho; i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,980; j) inflação anual estimada: 4,52%; k) taxa de rotatividade: 0,00% a.a.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2020	1.571.465.483,76	2.074.531.674,54	-503.066.190,78	-489.692.965,74
2021	1.571.805.219,77	2.218.039.669,97	-646.234.450,20	-1.135.927.415,94
2022	1.247.609.961,40	3.248.457.628,82	-2.000.847.667,43	-2.333.030.132,40
2023	1.256.050.101,26	3.346.132.667,01	-2.090.082.565,75	-3.653.299.337,95
2024	1.266.217.480,74	3.472.592.963,16	-2.206.375.482,43	-5.072.331.106,52
2025	1.280.868.424,64	3.580.724.421,21	-2.299.855.996,58	-6.530.056.483,66
2026	1.297.078.781,53	3.597.821.750,72	-2.300.742.969,18	-8.061.638.091,44
2027	1.247.738.781,25	3.811.716.026,25	-2.563.977.245,00	-9.635.519.485,15
2028	1.236.042.285,55	3.892.469.424,66	-2.656.427.139,11	-11.254.671.444,49
2029	1.226.520.490,30	3.954.563.496,70	-2.728.043.006,40	-12.896.631.678,92
2030	1.215.225.450,02	4.008.756.308,68	-2.793.530.858,66	-14.547.036.888,49
2031	1.202.927.300,36	4.057.395.503,26	-2.854.468.202,90	-16.240.212.234,45
2032	1.187.961.050,76	4.121.978.815,06	-2.934.017.764,31	-17.980.777.449,95
2033	1.167.834.654,13	4.211.729.401,92	-3.043.894.747,79	-19.774.473.005,54
2034	1.149.405.337,03	4.274.949.725,12	-3.125.544.388,09	-21.541.137.785,68
2035	1.129.045.247,46	4.316.431.970,46	-3.187.386.723,00	-23.283.097.299,30

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2023

2036	1.106.614.022,80	4.348.053.344,55	-3.241.439.321,74	-25.003.536.628,09
2037	1.078.501.652,98	4.380.802.491,10	-3.302.300.838,13	-26.691.822.856,06
2038	1.051.834.168,98	4.402.025.665,55	-3.350.191.496,58	-28.348.005.768,44
2039	1.022.924.841,03	4.429.138.573,03	-3.406.213.732,00	-29.966.272.070,27
2040	987.377.481,23	4.500.868.018,18	-3.513.490.536,95	-31.564.842.145,98
2041	944.387.248,93	4.562.788.285,87	-3.618.401.036,95	-33.134.759.429,60
2042	898.277.260,98	4.612.557.789,02	-3.714.280.528,04	-34.650.718.624,68
2043	859.104.627,63	4.633.986.464,34	-3.774.881.836,71	-36.109.938.991,96
2044	822.711.373,89	4.646.959.180,22	-3.824.247.806,33	-37.522.158.962,67
2045	784.104.026,27	4.637.320.591,33	-3.853.216.565,06	-38.884.747.853,44
2046	736.482.779,88	4.640.578.969,31	-3.904.096.189,42	-40.215.567.724,63
2047	695.760.756,57	4.654.926.350,28	-3.959.165.593,71	-41.483.297.115,51
2048	662.901.692,78	4.702.771.789,86	-4.039.870.097,08	-42.696.640.258,41
2049	634.516.950,22	4.684.908.163,04	-4.050.391.212,82	-43.848.827.622,68
2050	607.105.160,24	4.672.592.169,50	-4.065.487.009,26	-44.950.314.050,29
2051	576.304.236,37	4.644.827.761,58	-4.068.523.525,21	-46.108.299.713,67
2052	548.267.993,31	4.587.458.596,45	-4.039.190.603,14	-47.428.242.473,13
2053	521.906.537,38	4.522.206.446,00	-4.000.299.908,62	-48.796.390.004,04



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

2054	495.168.550,22	4.409.559.257,08	-3.914.390.706,86	-50.159.913.638,30
2055	470.982.403,60	4.260.805.170,57	-3.789.822.766,97	-51.528.469.211,04
2056	448.119.277,50	4.097.980.145,18	-3.649.860.867,68	-53.009.093.266,28
2057	423.104.659,93	3.933.003.949,84	-3.509.899.289,91	-54.650.500.050,02
2058	399.371.746,48	3.762.021.988,91	-3.362.650.242,44	-56.326.597.409,39
2059	378.136.535,50	3.585.534.150,54	-3.207.397.615,04	-58.028.357.399,03
2060	359.181.305,26	3.402.923.143,41	-3.043.741.838,15	-59.755.073.535,42
2061	340.832.240,28	3.218.574.198,26	-2.877.741.957,98	-61.538.989.012,52
2062	323.567.397,63	3.032.980.139,62	-2.709.412.741,99	-63.352.922.643,96
2063	306.250.769,74	2.849.072.733,94	-2.542.821.964,20	-65.215.940.898,09

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2023

2064	288.940.459,95	2.667.767.753,88	-2.378.827.293,93	-67.091.651.648,98
2065	271.579.902,60	2.490.056.397,84	-2.218.476.495,24	-68.980.654.521,94
2066	254.409.369,02	2.316.302.933,83	-2.061.893.564,82	-70.924.406.482,95
2067	237.434.254,89	2.147.302.778,12	-1.909.868.523,23	-72.951.263.217,77
2068	220.729.569,08	1.983.654.495,25	-1.762.924.926,17	-75.066.036.327,28
2069	204.377.302,26	1.825.858.468,94	-1.621.481.166,68	-77.174.774.897,69
2070	188.452.473,82	1.674.341.731,06	-1.485.889.257,24	-79.283.533.051,59
2071	173.022.556,66	1.529.457.687,28	-1.356.435.130,62	-81.393.915.060,13
2072	158.145.602,89	1.391.476.995,37	-1.233.331.392,49	-83.496.732.944,60
2073	143.871.539,02	1.260.600.405,95	-1.116.728.866,93	-85.586.241.315,62
2074	130.242.957,98	1.136.967.920,00	-1.006.724.962,03	-87.673.781.176,01
2075	117.294.325,14	1.020.650.571,30	-903.356.246,17	-89.777.582.612,61
2076	105.051.913,87	911.657.701,76	-806.605.787,89	-91.885.022.175,73
2077	93.535.218,43	809.952.849,04	-716.417.630,61	-93.966.029.761,70
2078	82.758.945,84	715.473.446,23	-632.714.500,39	-96.019.961.043,80
2079	72.733.605,18	628.137.548,70	-555.403.943,52	-98.053.811.243,43
2080	63.465.401,47	547.842.654,80	-484.377.253,33	-100.066.928.154,07
2081	54.955.292,55	474.460.343,41	-419.505.050,86	-102.090.700.451,13
2082	47.198.039,25	407.829.085,66	-360.631.046,41	-104.160.352.072,53
2083	40.181.782,32	347.748.031,90	-307.566.249,58	-106.363.481.272,88
2084	33.888.187,85	293.974.724,66	-260.086.536,81	-108.596.518.671,28
2085	28.293.914,04	246.236.842,84	-217.942.928,80	-110.857.211.959,83
2086	23.370.467,91	204.228.381,38	-180.857.913,48	-113.131.176.369,04
2087	19.085.290,75	167.623.114,60	-148.537.823,85	-115.548.866.029,60
2088	15.400.872,88	136.067.158,12	-120.666.285,25	-118.259.728.504,29
2089	12.274.404,60	109.177.636,15	-96.903.231,55	-121.025.313.620,82
2090	9.657.531,69	86.540.450,30	-76.882.918,61	-123.854.237.100,92
2091	7.497.657,34	67.719.106,98	-60.221.449,64	-126.713.345.993,78
2092	5.740.493,15	52.272.574,85	-46.532.081,70	-129.643.953.226,45



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2023

2093	4.331.948,40	39.768.021,81	-35.436.073,41	-132.651.446.238,45
2094	3.219.972,55	29.791.833,49	-26.571.860,95	-135.676.543.926,45

FONTE: Unidade Responsável IPREV. Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3. Notas:

(1) Este demonstrativo, para o Pessoal Civil, utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2019 b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas c) crescimento real de salários: 2,00% a.a. d) crescimento real de benefícios: 0,51% a.a. e) taxa real de juros: 2,50% a.a. f) hipótese sobre geração futura: Não considerada g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a. h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 2 anos mais jovem e masculino 2 anos mais velho i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,98 j) inflação anual estimada: 4,52% a.a. k) taxa de rotatividade: 0,00% a.a.

(2) Este demonstrativo, para o Pessoal Militar, utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2019 b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas c) crescimento real de salários: 2,00% a.a. d) crescimento real de benefícios: 0,51% a.a. e) taxa real de juros: 2,50% a.a. f) hipótese sobre geração futura: Não considerada g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a. h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 3,50 anos mais jovem e masculino 3,50 anos mais velho i) fator de capacidade salarial e de benefícios: 0,98 j) inflação anual estimada: 4,52% a.a. k) taxa de rotatividade: 0,00% a.a.

ESTADO DO MARANHÃO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ Milhões

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
ICMS	Isonção	Incentivo a indústria e agroindústria, agricultura pecuária/economia	623,36	655,46	688,89	A Lei nº 10.329/2015 majorou a alíquota modal de 17% para 18%, acrescentou produtos no FUMACOP (instituído pela Lei nº 8.205/2004) e majorou todas as taxas e emolumentos do Estado (em vigor); A Lei nº 10.542/2016 majorou alíquotas de Combustíveis, E. Elétrica e Telecom (em vigor);
	Crédito Presumido		1.208,69	1.270,94	1.335,75	
	Redução de Base de Cálculo		457,09	480,63	505,14	
	Soma		2.289,13	2.407,03	2.529,78	
IPVA	Redução de Base de Cálculo	Moto Legal	0,81	0,85	0,90	A Lei nº 10.956/2018 majorou a alíquota da gasolina, cervejas e refrigerantes e incluiu o óleo diesel e outros produtos no FUMACOP (em vigor); A Lei nº 11.184/2019, que majorou multas sobre infrações tributárias e criou novas penalidades para o mesmo objeto;
	Soma		0,81	0,85	0,90	
Todos os tributos	Isonção		623,36	655,46	688,89	A Lei nº 11.222/2020, que estabeleceu cobrança de percentuais sobre benefícios fiscais queespecifica. Essas medidas mais a modernização da A. T. e admissão, por concurso, de novos auditores e agentes fazendários - que aumentaram a eficiência e a eficácia na cobrança de tributos - compensam a renúncia fiscal concedida.
	Redução de Base de Cálculo		457,09	481,48	506,04	
	Crédito Presumido		1.208,69	1.270,94	1.335,75	
TOTAL			2.289,95	2.407,88	2.530,68	



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	875.502.748,00
(-) Transferências Constitucionais	218.875.687,00
(-) Transferências ao FUNDEB	175.100.549,60
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	481.526.511,40
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	481.526.511,40
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	85.000.000,00
Novas DOCC	85.000.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	396.526.511,40

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	426.333.000,00	Abertura de créditos a partir da reserva de contingência	35.000.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00	Ajustes nos gastos com custeio	91.333.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	Ajustes nos gastos com inversões	0,00
Assunção de Passivos	0,00	Ajustes nos gastos com investimento	300.000.000,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	426.333.000,00	SUBTOTAL	426.333.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	426.333.000,00	TOTAL	426.333.000,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO

Memória de Cálculo das Mets Anuais

ESPECIFICAÇÃO	Realizado		Previsão - R\$ 1,00			
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas Correntes	21.561.443.301	24.770.166.259	26.155.333.000	28.067.384.000	30.379.969.000	32.704.192.000
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.745.089.665	11.877.686.021	13.004.558.000	14.130.143.000	15.444.451.000	16.792.451.000
Impostos	9.431.039.778	11.486.108.192	12.622.059.000	13.837.607.000	15.139.530.000	16.474.608.000
Taxas	314.049.887	391.577.829	382.499.000	292.536.000	304.921.000	317.843.000
Contribuições	763.785.468	767.566.011	782.623.000	801.310.000	811.549.000	823.925.000
Receita Patrimonial	82.908.931	127.066.914	154.761.000	161.678.000	169.421.000	175.507.000
Receita de Serviços	3.877.627	2.040.166	494.403.000	533.908.000	565.941.000	594.264.000
Transferências Correntes	10.689.378.277	11.752.863.744	11.466.322.000	12.170.632.000	13.104.237.000	14.019.446.000
Transferências da União e de suas Entidades	9.953.958.969	10.729.000.524	10.384.511.000	10.982.397.000	11.817.958.000	12.617.428.000
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	6.796.929.149	8.962.146.549	8.603.985.000	9.035.372.000	9.722.494.000	10.401.734.000
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	6.696.413.492	8.854.422.097	8.485.146.000	8.909.403.000	9.588.967.000	10.260.195.000
Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados - Estados Exportadores de Produtos Industrializados	78.452.676	92.907.512	98.879.000	104.812.000	111.101.000	117.767.000
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	22.047.629	14.767.890	19.906.000	21.100.000	22.366.000	23.708.000
Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	15.353	49.051	54.000	57.000	60.000	64.000
Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	68.323.349	161.545.507	169.275.000	179.432.000	190.198.000	201.610.000
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	692.007.598	638.519.471	637.859.000	650.616.000	663.629.000	676.901.000
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	71.341.545	66.350.819	36.422.000	52.107.000	57.833.000	58.603.000
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	58.716.655	66.452.770	58.383.000	62.003.000	137.753.000	140.640.000
Transferências Financeiras do ICMS - Deseoneração - L. C. Nº 87/96	-	-	-	-	-	-
Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	674.414.091	772.171.542	818.963.000	903.823.000	978.465.000	1.066.598.000
Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	71.341.545	66.350.819	36.422.000	52.107.000	57.833.000	58.603.000
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	1.535.972.531	772.579	922.000	-	-	-
Outras Transferências da União	12.877.724	11.924.168	7.924.000	3.099.000	3.285.000	3.482.000
Transferências de Instituições Privadas	722.364.034	1.011.939.052	1.073.259.000	1.184.470.000	1.282.288.000	1.397.788.000
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	276.403.333	242.943.402	252.666.000	269.713.000	284.370.000	298.599.000
Outras Receitas Correntes						



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	34.489.219	36.688.597	44.713.000	47.777.000	49.697.000	51.698.000
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	63.108.796	57.631.253	69.745.000	74.513.000	80.584.000	85.834.000
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	178.805.319	148.623.552	138.208.000	147.423.000	154.089.000	161.067.000
Receitas de Capital	296.944.730	220.068.969	264.929.000	215.180.000	129.309.000	133.561.000
Operações de Crédito	182.394.244	203.435.750	171.276.000	112.113.000	30.000.000	30.000.000
Alienação de Bens	4.270.048	7.133.890	5.653.000	6.067.000	6.309.000	6.561.000
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	8.919.751	9.485.076	10.000.000	12.000.000	13.000.000	12.000.000
Outras Receitas de Capital	101.360.687	14.253	78.000.000	85.000.000	80.000.000	85.000.000
Receitas Correntes - INTRA	832.770.913	929.224.773	986.012.000	1.023.557.000	1.040.430.000	1.060.762.000
Receitas Correntes - DNTRA Contribuições	-	-	-	-	-	-
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	172.003.259	105.448.469	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis - Principal - Intra	172.003.259	105.448.469	-	-	-	-
(-) Deduções	4.582.484.707	4.624.929.387	5.840.211.115	5.484.469.496	6.020.682.674	6.512.350.681
RECEITA TOTAL	18.238.232.816	20.184.697.356	21.110.358.355	22.475.542.213	24.107.250.000	25.830.405.000

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO

Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

Receitas Tributárias		
Metas Anuais	Valores Nominais	Variação %
2021	11.877.686.021,40	-
2022	13.004.558.000,00	9,49
2023	14.130.143.000,00	8,66
2024	15.444.451.000,00	9,30
2025	16.792.451.000,00	8,73

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados

Metas Anuais	Valores Nominais	Variação %
2021	8.854.422.096,92	-
2022	8.485.146.000,00	-4,17
2023	8.909.403.000,00	5,00
2024	9.588.967.000,00	7,63
2025	10.260.195.000,00	7,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Metas Anuais	Valores Nominais	Variação %
2021	638.519.471,45	-



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

2022	637.859.000,00	-0,10
2023	650.616.000,00	2,00
2024	663.629.000,00	2,00
2025	676.901.000,00	2,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	242.943.401,93	-
2022	252.666.000,00	4,00
2023	269.713.000,00	6,75
2024	284.370.000,00	5,43
2025	298.599.000,00	5,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	220.068.969,36	-
2022	264.929.000,00	20,38
2023	215.180.000,00	-18,78
2024	129.309.000,00	-39,91
2025	133.561.000,00	3,29

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Receitas Correntes Intra-Orçamentárias

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	929.224.772,84	-
2022	986.012.000,00	6,11
2023	1.023.557.000,00	3,81
2024	1.040.430.000,00	1,65
2025	1.060.762.000,00	1,95

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

ESTADO DO MARANHÃO

Memória de Cálculo das Metas Anuais

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL PAGO			Previsão - R\$ 1,00		
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.986.702.458,55	17.190.903.831,60	20.156.125.000,00	21.607.540.000,00	22.977.194.000,00	24.501.830.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.114.035.015,63	10.236.993.159,22	11.654.323.000,00	12.372.471.000,00	13.053.677.000,00	13.804.542.000,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	136.239.359,99	320.977.170,16	433.741.000,00	400.892.000,00	339.864.000,00	303.230.000,00
Outras Despesas Correntes	5.736.428.082,93	6.632.933.502,22	8.068.061.000,00	8.834.177.000,00	9.583.653.000,00	10.394.058.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.871.813.712,00	3.219.580.239,63	2.617.467.000,00	2.246.966.000,00	2.355.333.000,00	2.108.214.000,00
Investimentos	1.231.067.112,13	2.045.597.522,53	1.577.621.000,00	1.148.290.000,00	1.283.073.000,00	1.395.985.000,00
Inversões Financeiras	357.082.545,63	321.540.699,88	240.201.000,00	253.342.000,00	266.009.000,00	279.310.000,00
Amortização da Dívida	283.664.054,24	852.442.017,22	799.645.000,00	845.334.000,00	806.251.000,00	432.919.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (IV)=(I+II+III)	17.858.516.170,55	20.410.484.071,23	22.773.592.000,00	23.854.506.000,00	25.332.527.000,00	26.610.044.000,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO

Memória de Cálculo das Principais Fontes de Despesas

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	10.236.993.159,22	-
2022	11.654.323.000,00	13,85
2023	12.372.471.000,00	6,16
2024	13.053.677.000,00	5,51
2025	13.804.542.000,00	5,75

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Juros e Encargos da Dívida (IX)

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	320.977.170,16	-
2022	433.741.000,00	35,13
2023	400.892.000,00	-7,57
2024	339.864.000,00	-15,22
2025	303.230.000,00	-10,78

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	6.632.933.502,22	-
2022	8.068.061.000,00	21,64
2023	8.834.177.000,00	9,50
2024	9.583.653.000,00	8,48
2025	10.394.058.000,00	8,46

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Investimentos

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	2.045.597.522,53	-
2022	1.577.621.000,00	-22,88
2023	1.148.290.000,00	-27,21
2024	1.283.073.000,00	11,74
2025	1.395.985.000,00	8,80

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ESTADO DO MARANHÃO

Inversões Financeiras

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	321.540.699,88	-
2022	240.201.000,00	-25,30
2023	253.342.000,00	5,47
2024	266.009.000,00	5,00
2025	279.310.000,00	5,00

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valores Nominais	Varição %
2021	852.442.017,22	-
2022	799.645.000,00	-6,19
2023	845.334.000,00	5,71
2024	806.251.000,00	-4,62
2025	432.919.000,00	-46,30

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
INSTALADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1835
DIRETORIA LEGISLATIVA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)

Metas Anuais	Valores Nominais	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável SEPLAN, Data da emissão 6/4/2022 e hora de emissão 14:3.

ANEXO III

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DO ESTADO DO MARANHÃO:

1. Pagamento de Benefícios de Legislação Especial (Auxílio Funeral, Auxílio Reclusão, Auxílio Natalidade Lei Complementar nº 73 de 4/2/2004);
2. Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais;
3. Contribuição Patronal ao Regime Geral de Previdência Social; 4. Contribuição Patronal ao Regime Próprio Previdência Social;
5. Benefícios Previdenciários dos Servidores Públicos do Estado (Lei Complementar nº 035/1997);
6. Precatórios e Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Inclusive as de Pequeno Valor;
7. Assistência à Saúde dos Segurados e Dependentes (Lei Complementar nº 73 de 4/2/2004);
8. Benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei 8.742 de 7/12/1993);
9. Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde (Lei 8.142 de 28/12/1990);
10. Distribuição Gratuita de Medicamentos aos Portadores de HIV e Docentes de AIDS (Lei 9.313 de 13/11/1996);
11. Ações de Assistência à Criança e aos Adolescentes (Emenda Constitucional nº 057/2009/MA);
12. Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Controle de Agravos (Lei 8.142, 28/12/1990);
13. Transferências Constitucionais ou Legais por Repartição de Receita (Constituição Federal).
14. Auxílio Transporte
15. Salário Família

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000.